

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES**RACISMO COMO ESTRUTURA SOCIAL E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL****RACISM AS SOCIAL STRUCTURE AND YOUR IMPACTS ON MENTAL HEALTH****Clarisse Vitoria Gomes da Silva¹****Mayara Carneiro Alves Pereira²****Juliana Beatriz Santos Santiago³****RESUMO**

O trabalho busca compreender de que maneira a ausência de discussões sobre o racismo, especialmente na formação de psicólogos no Brasil, pode contribuir para a falta de estruturas adequadas na psicologia para atender às necessidades específicas das pessoas negras em contextos marcados pelo racismo. Utilizando o conceito de racismo proposto por Silvio Almeida, que o define como uma sistemática discriminação racial manifestada por práticas conscientes ou inconscientes, resultando em vantagens ou desvantagens para determinados grupos, o estudo destaca como o racismo molda a estrutura da sociedade brasileira, privilegiando o conhecimento branco em detrimento das contribuições das comunidades negras. A pesquisa adota uma abordagem Foucaultiana para analisar as relações de poder e resistência no contexto do racismo e da saúde mental, entendendo o racismo como uma forma de poder que ameaça a vida no sistema

Palavras-chaves: Psicologia; Racismo; Saúde mental; Foucault; Racismo Estrutural.

ABSTRACT

The work seeks to understand how the absence of discussions about racism, especially in the training of psychologists in Brazil, can contribute to the lack of adequate structures in psychology to meet the specific needs of Black individuals in contexts marked by racism. Using the concept of racism proposed by Silvio Almeida, which defines it as a systematic racial discrimination manifested through conscious or unconscious practices, resulting in advantages or disadvantages for certain groups, the study highlights how racism shapes the structure of Brazilian society, privileging white knowledge over the contributions of Black communities. The research adopts a Foucauldian approach to

¹ Graduanda em Psicologia - Uninassau FAP, Teresina - PI. psicclarissevitoria@gmail.com

² Psicóloga, docente e mestre em Políticas Públicas, Teresina - PI.

³ Graduanda em Psicologia - Uninassau FAP, Teresina - PI.

analyze power relations and resistance in the context of racism and mental health, understanding racism as a form of power that threatens life within the system.

Keywords: Psychology; Racism; Mental health; Foucault; Structural Racism.

1 INTRODUÇÃO

O racismo pode ser descrito como um fenômeno que exerce influência na organização das sociedades modernas. Tal fenômeno se manifesta de múltiplas formas, abrangendo não somente atos racistas explícitos, mas também segregação institucional, desigualdade de acesso aos bens e serviços públicos, discriminação no mercado de trabalho e a construção de estereótipos e características raciais, frequentemente reforçados pelos meios de comunicação, o que revela a dinâmica operacional do racismo na prática. A fim de trazer essa discussão para o âmbito cotidiano, é válido ressaltar a existência de três formas distintas de racismo: o racismo subjetivo ou individual, o racismo institucional e o racismo estrutural (Silva e Araújo, 2020).

O racismo não é uma anomalia ou um fenômeno patológico, mas sim uma expressão comum em muitas sociedades. Ele serve como a base, a lógica e a infraestrutura para a perpetuação das desigualdades e violência que caracterizam a vida social contemporânea. Em resumo, o racismo é intrinsecamente estrutural, integrando-se à organização econômica e política de uma sociedade. O racismo estrutural assume uma forma de violência que não é direta, mas que tem impactos tangíveis nas vidas das pessoas negras, restringindo suas oportunidades e negando-lhes acesso a direitos fundamentais (Almeida, 2018).

Há uma ligação entre racismo e a saúde física que pode perdurar durante toda a vida da pessoa afetada. Existe uma variedade de efeitos possíveis, que podem surgir do estresse causado pelo racismo e, por consequência, prejudicar a saúde mental, levando ao chamado Trauma por Estresse Racial (Carter, 2007).

Desse modo, é possível afirmar que o racismo, enquanto uma dinâmica de poder e manutenção de privilégios, tem a capacidade de afetar negativamente a saúde mental da população negra, que está constantemente sujeita a essa realidade. A persistência desse impacto do racismo pode levar ao sofrimento psicológico, o qual pode ser reconhecido e abordado por meio da psicoterapia (David, 2018).

Carter (2007) aponta que o racismo pode criar um ambiente propício para o desenvolvimento de transtornos mentais em pessoas negras. Tal fato ainda se agrava, pois no Brasil há um cenário de indicadores de saúde desfavoráveis entre pessoas negras. Isso ocorre em grande medida porque a população negra brasileira historicamente ocupou as classes sociais mais pobres e de condições mais precárias na pirâmide social. As condições indignas de vida da população negra persistem, evidenciando o racismo silencioso e não declarado. Permanecem, portanto, o preconceito e a discriminação raciais no Brasil (Williams; Priest, 2015).

Tal fato reflete na dificuldade de acesso a bens e serviços públicos, como saúde e saúde mental. Consoante ao supracitado, em virtude do racismo estrutural, o contexto brasileiro se configura como um cenário propício para o desenvolvimento de transtornos mentais em pessoas negras. Adicionalmente, este mesmo racismo estrutural resulta na rejeição da maioria da população negra do Brasil a uma posição de vulnerabilidade socioeconômica, a qual, por sua vez, atua como uma barreira no que tange ao acesso desses indivíduos aos recursos relacionados à assistência à saúde, bem como aos serviços de saúde mental (Damasceno; Zanello, 2018).

Mesmo quando pessoas negras conseguem acessar serviços de apoio psicológico, frequentemente enfrentam a falta de adequação desses serviços às suas necessidades específicas. Essa inadequação é resultado da ampla influência de perspectivas e concepções de origem branca e europeia que permeiam a psicologia em sua abordagem geral. No Brasil, essa situação se agrava devido à presença do racismo como uma questão estrutural que abrange todos os aspectos da sociedade, desde o nível individual até o epistemológico (Gouveia; Zanello, 2019).

O conhecimento gerado pelos colonizadores durante o período de colonização, fortemente influenciado por uma hegemonia branca, patriarcal e europeia, foi predominantemente enaltecido como superior, intelectual e relevante. Isso resultou na supervalorização do "conhecimento branco europeu" em detrimento do "conhecimento negro africano". Essa dinâmica resultou na exclusão do conhecimento negro do campo da psicologia, resultando em uma deficiência na formação desses profissionais, que, conseqüentemente, não estão devidamente preparados para atender às necessidades específicas das pessoas negras. Como resultado, essa formação perpetua a exclusão desses indivíduos (Veiga, 2019).

Neste sentido, o presente trabalho busca analisar como o racismo possui uma agência tripla na saúde mental de pessoas negras: Ele afeta a saúde mental desta população, ao passo que torna mais difícil o acesso destes indivíduos a atendimento psicológico e por fim lega a psicologia uma episteme branca e incapaz de atender adequadamente as especificidades das demandas trazidas por indivíduos negros a terapia.

Assim, pretende-se investigar como o racismo estrutural afeta a saúde mental de pessoas negras e como ele dificulta o acesso a serviços de saúde mental de qualidade e adequados. Além disso, pretende-se explorar como a falta de discussões sobre racismo na formação de psicólogos no Brasil resulta em uma psicologia sem estrutura para atender às necessidades específicas das pessoas negras.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade urgente de aprofundar a compreensão e abordagem dos efeitos do racismo estrutural na saúde mental das pessoas negras. Embora seja amplamente reconhecido que o racismo é uma realidade presente e persistente na sociedade brasileira, observa-se uma notável lacuna na produção acadêmica que explore de maneira abrangente as consequências psicológicas desse fenômeno. Nesse contexto, busca-se analisar não apenas os impactos individuais do racismo, mas também as barreiras institucionais e estruturais que dificultam o acesso a cuidados psicológicos adequados para essa população.

2 AS RAÍZES DO RACISMO ESTRUTURAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA E SEU IMPACTO NA SAÚDE MENTAL DAS COMUNIDADES NEGRAS

Para além de avanços significativos ocorridos nas últimas décadas em relação aos direitos civis e sociais da população negra, como a Lei de Cotas (Brasil, 2012), é inegável que o racismo, a discriminação com base em marcadores raciais e a marginalização de indivíduos negros permanecem profundamente arraigados em nossa sociedade. O conceito de racismo utilizado nesta pesquisa é o proposto por Silvio Almeida, que define o racismo como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios, a depender ao grupo racial ao qual pertençam” (Almeida, 2018, p. 25).

Desta forma, o racismo não se manifesta apenas em atos individuais, mas sim como uma estrutura, que se materializa em múltiplas dimensões, nas relações socioeconômicas, de

trabalho, institucionais, afetivas, e, como argumenta o presente trabalho, sobre a saúde mental de pessoas negras.

Historicamente, a população negra brasileira tem sido relegada às classes sociais mais pobres e com condições de vida mais precárias na pirâmide social. Infelizmente, as condições indignas de vida da população negra persistem até hoje, o que evidencia a existência de um racismo silencioso e não declarado que permeia a sociedade brasileira (Damasceno; Zanello, 2018).

O racismo estrutural, profundamente arraigado em nossa sociedade, de acordo com Maia e Zamora (2018), desempenha um papel na manutenção de disparidades e opressões que têm um efeito imediato na saúde mental da comunidade negra. Compreender a formação da lógica racial em um determinado país é essencial para entender como as práticas e discursos que permeiam as relações de poder contribuem para a configuração da subjetividade do racismo. Essa interação entre práticas e discursos não apenas resulta em uma subjetivação racista, mas, acima de tudo, acarreta sofrimento psíquico significativo.

A história do Brasil é marcada pela segregação racial, que foi endossada por discursos que retratavam a população negra como um inimigo que obstruiria o desenvolvimento do país. Após a proclamação da Lei Áurea (BRASIL, 1888), a ausência de políticas reparatórias pelos danos e violências sofridos durante o período escravista, bem como da oferta de condições dignas de subsistência, produziu e segue produzindo efeitos de marginalização e vulnerabilização para a população negra (Hüning; Silva; Netto, 2021).

De acordo com a perspectiva foucaultiana, o racismo é uma forma de poder que ameaça a vida dentro de um sistema, cujo objetivo principal é proteger a vida e o bem-estar da sociedade. Essa abordagem considera o racismo como uma divisão entre a vida e a morte, separando aqueles que devem ser preservados vivos dos que devem ser deixados morrer. Foucault também destaca que o racismo desempenha um papel condicional na formação dos Estados Nacionais modernos. No caso específico do Estado brasileiro, políticas eugenistas foram implementadas com o objetivo de branquear a população, incentivando a migração de brancos europeus e visando a eliminação da população negra (Silva; Araújo, 2020).

Nesse sentido, é necessário compreender de forma abrangente como o racismo permeia as sociedades modernas, pois isso nos permite compreender a forma como as instituições são moldadas e como os processos de subjetivação são influenciados pelo biopoder. Diversas manifestações concretas do racismo são apontadas, tais como expressões racistas, segregação

institucional, discriminação no mercado de trabalho e a construção de estereótipos e fenótipos raciais, que frequentemente são reforçados pelos meios de comunicação. É relevante destacar as três formas principais de racismo - o racismo subjetivo ou individual, o racismo institucional e o racismo estrutural - e é importante trazer essa discussão para o âmbito do cotidiano (Silva; Araújo, 2020).

A vulnerabilidade originada pela questão racial está intimamente ligada aos locais e contextos moldados pelas históricas relações de colonização e escravidão. Em 2014, o Brasil testemunhou uma chocante disparidade, uma vez que o número de homicídios entre pessoas negras foi 158,9% maior do que entre pessoas brancas (Waiselfisz, 2016). No âmbito educacional, um estudo de 2010 constatou que, à medida que os anos de escolarização aumentam, a população negra enfrenta uma notável evasão, representando apenas 15,9% dos estudantes do Ensino Superior (Brasil, 2014).

Adicionalmente, segundo dados de 2016 do IBGE publicados no Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência da Secretaria de Governo da Presidência da República, o analfabetismo afetava desproporcionalmente a população negra, atingindo 11% em comparação com 5% da população branca, enquanto a população negra constituía 70% daqueles vivendo em extrema pobreza (Brasil, 2017).

Historicamente, a população negra no Brasil tem sido relegada às classes sociais mais desfavorecidas e às condições de vida mais precárias da hierarquia social. Essas condições de vida inaceitáveis perduram, servindo como prova do racismo tácito e não proclamado. Portanto, o preconceito e a discriminação racial continuam profundamente enraizados na sociedade brasileira (Damasceno; Zanello, 2018).

Portanto, é evidente que a persistência da segregação e do racismo estrutural na sociedade brasileira continua a ser um obstáculo para a igualdade, refletindo-se nas disparidades sociais e na saúde mental da população negra. Compreender plenamente a influência desse racismo em nossas sociedades contemporâneas é essencial para a reforma de instituições e a construção de uma subjetividade justa e inclusiva, transformando práticas desde expressões racistas até discriminação institucional, com o objetivo de erradicar a desigualdade.

3 O RACISMO ESTRUTURAL E SEUS EFEITOS NO ACESSO DA POPULAÇÃO NEGRA AO ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO

O racismo estrutural reflete também nas desigualdades no acesso aos serviços de psicoterapia, agravando os desafios de saúde mental enfrentados pela comunidade negra, justificando plenamente sua inclusão como uma preocupação de saúde pública (Damasceno; Zanello, 2018).

A partir da perspectiva de Michel Foucault (2005), o racismo é compreendido como uma manifestação de poder que influencia o sistema e coloca em risco a vida dentro dele. O principal objetivo desse sistema é resguardar a vida e o bem-estar da sociedade, porém, o racismo atua como uma divisão na vida, separando aqueles que devem ser protegidos e mantidos vivos daqueles que são deixados à mercê da morte.

Foucault (2005) também observa que o racismo desempenha um papel condicional na formação dos Estados Nacionais modernos. No contexto específico do Estado brasileiro, políticas eugenistas foram implementadas com a finalidade de promover o branqueamento da população, estimulando a imigração de europeus brancos e buscando a diminuição da população negra (Silva; Araújo, 2020).

Nesse mesmo contexto, um relatório governamental dos Estados Unidos datado de 2001 identificou que as populações classificadas como não brancas no país enfrentam maiores dificuldades em acessar serviços de saúde mental, apresentam menor probabilidade de receber os cuidados necessários e, quando recebem atendimento, a qualidade é inferior em comparação à população majoritária (Carter, 2007).

No Brasil, o racismo adquiriu uma dinâmica singular, com um desenvolvimento e funcionamento distintos. A persistência do mito da democracia racial retardou o debate nacional sobre o racismo e a implementação de políticas públicas para combatê-lo. Entretanto, com a desmistificação do paradigma racial brasileiro, a negação da existência de uma democracia racial deu lugar ao reconhecimento de um racismo persistente e prevalente no país. É indiscutível a importância de reconhecer a existência do racismo e compreender o impacto que exerce na saúde mental da população negra (Gouveia; Zanello, 2019).

Nesse sentido, torna-se essencial refletir sobre esse impacto e avaliar como essa população tem sido atendida pelos serviços de saúde disponibilizados, tanto pelo Estado quanto por entidades privadas, como é o caso de grande parte dos atendimentos em psicologia

clínica. Fato significativo que exemplifica bem esta questão foi o reconhecimento, por parte do Ministério da Saúde, da presença do racismo, das disparidades étnico-raciais e do racismo institucional no Sistema Único de Saúde (SUS). Adicionalmente, o Ministério da Saúde admitiu que a discriminação racial tem impactos na saúde mental (Brasil, 2013).

De acordo com Williams e Priest (2015), no contexto brasileiro, é observado um cenário de indicadores de saúde desfavoráveis entre pessoas negras. Essa realidade pode ser atribuída, em grande medida, à manifestação de marcadores raciais que influenciam diretamente aspectos econômicos, resultando, por conseguinte, em dificuldades no acesso aos serviços de saúde. Historicamente, pessoas negras enfrentam condições socioeconômicas menos favorecidas devido a questões raciais, o que, por sua vez, gera obstáculos significativos no acesso à assistência em saúde mental. Além do sistema de saúde pública mantido pelo Estado, existem serviços de atendimento privado.

No entanto, a maioria dos atendimentos em psicologia clínica no Brasil ocorre por meio deste último, o que torna a acessibilidade para pessoas negras ainda mais desafiadora, uma vez que grande parte dessa população se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica (Damasceno; Zanello, 2018).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), em 2017, os indivíduos negros apresentavam uma renda média inferior em 1.244 reais em comparação com os indivíduos brancos, quando empregados. Além disso, a taxa de desemprego entre a população preta e parda do Brasil atingia 28,01%, enquanto apenas 9,5% da população branca se encontrava desempregada. Esses dados evidenciam que uma parcela significativa da população negra no Brasil pode estar inserida em um contexto de pobreza, enfrentando desigualdades estruturais em várias esferas, incluindo o acesso aos serviços de saúde mental.

Considerando o que foi apresentado, é indiscutível que o racismo exerce um impacto substancial no acesso aos serviços de saúde mental. O racismo é uma influência marcante na história do Brasil e continua a criar desigualdades significativas, especialmente no que diz respeito à disponibilidade de cuidados em saúde mental para a população negra. A discriminação racial tem gerado disparidades sociais e econômicas que afetam diretamente a capacidade da comunidade negra em obter assistência adequada em saúde mental.

4 O RACISMO ESTRUTURAL E OS EFEITOS DE SUA INFLUÊNCIA NA ABORDAGEM EUROCÊNTRICA DA PSICOLOGIA

O racismo estrutural resulta na falta de adequação dos serviços de apoio psicológico às necessidades específicas de indivíduos negros. Essa inadequação é resultado da ampla influência de perspectivas e concepções de origem branca e europeia que permeiam a psicologia em sua abordagem geral. (Gouveia; Zanello, 2019). Durante o período de colonização, o conhecimento produzido pelos colonizadores, altamente influenciado por uma hegemonia branca, patriarcal e europeia, foi amplamente aclamado como superior, intelectualmente relevante. Isso levou à sobrevalorização do conhecimento branco europeu em detrimento do conhecimento negro africano.

Como consequência, o conhecimento negro foi excluído do domínio da psicologia, resultando na carência de formação adequada para os profissionais dessa área, que, por conseguinte, não estão plenamente capacitados para abordar as necessidades específicas das pessoas negras. Esse ciclo de formação, por sua vez, perpetua a exclusão desses indivíduos (Veiga, 2019).

No contexto brasileiro, o racismo se configura como um fenômeno que permeia e molda tanto a estrutura quanto as bases da sociedade, abrangendo todos os seus aspectos, desde o nível individual até o epistemológico. Por um lado, os conhecimentos produzidos por comunidades negras frequentemente são negligenciados, sendo desconsiderados sob o pretexto de não serem científicos, como se não tivessem qualquer relevância. Por outro lado, a literatura considerada universalmente aplicável muitas vezes é selecionada através de um viés que privilegia o conhecimento branco (Gouveia; Zanello, 2019).

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2017), é crucial que os profissionais de psicologia tenham uma compreensão das relações raciais presentes na sociedade e reconheçam que o racismo é responsável pelo sofrimento psíquico. A população negra, ao ser alvo de discriminação e marginalização, enfrenta sentimentos de inferioridade, vive em constante estado de alerta e é vítima de violências físicas e emocionais.

Como destacado por Bell Hooks (1994), em uma sociedade onde a supremacia branca prevalece, as pessoas negras enfrentam questões que levam à internalização do racismo e a um sentimento de inferioridade. Portanto, a articulação de um espaço acolhedor para essa

população busca, precisamente, romper com esses processos que massificam o corpo, a estética, os afetos e a interação desse grupo.

Promover a descolonização da psicologia e da prática clínica é fundamental, uma vez que descolonizar implica não apenas a inclusão de epistemologias até então marginalizadas na literatura, mas também a reflexão sobre o próprio lugar do psicólogo. Isso implica em reconhecer suas influências, suas posições de privilégio e seu ponto de vista, pois é a partir desse lugar que ele conduz sua prática de escuta. Em suma, devido aos efeitos dos privilégios associados à pele branca na subjetividade dos psicólogos brancos, a questão do sofrimento racial, que afeta profundamente as subjetividades negras, frequentemente não é compreendida ou escutada em sua totalidade, com todas as implicações que merece (Veiga, 2019).

O racismo estrutural afeta a prática da psicologia, prejudicando a eficácia dos serviços para indivíduos negros devido às perspectivas eurocêntricas e à histórica exclusão do conhecimento negro na psicologia. Isso tem sérias implicações no bem-estar psicológico da comunidade negra, que enfrenta discriminação, marginalização e sofre emocional e fisicamente. Portanto, é fundamental reconhecer a importância de descolonizar a psicologia, incluindo conhecimentos marginalizados e criando espaços acolhedores para a população negra, contribuindo para a promoção da saúde mental e a quebra de padrões marginalizadores.

5 CONCLUSÃO

A partir da construção deste artigo de revisão literária, visou-se analisar os impactos do racismo na saúde mental de pessoas negras, analisando como o racismo tem uma agência tripla na saúde mental, primeiro que ele afeta a saúde mental de indivíduos negros segundo que ele age como uma barreira social, fazendo com que pessoas negras têm menos acesso à saúde. Com isso, tenham menos acesso à saúde mental. Por fim, mesmo quando esses indivíduos conseguem ter acesso à atendimento de saúde mental, a psicologia é branca e não consegue dar conta das demandas trazidas por pessoas negras para terapia. Identificar o reconhecimento da sociedade sobre o tema.

A população negra enfrenta um constante sofrimento mental, originado, em parte, das atuais condições de vida precárias, bem como da falta de perspectivas de um futuro mais promissor. Esse sofrimento mental, resultado do racismo, pode manifestar-se em indivíduos

negros através de uma ampla gama de sintomas físicos e psicológicos. Esses sintomas surgem da exposição contínua a tensões emocionais, angústias e ansiedades, que são enfrentados diariamente por aqueles sujeitos ao racismo. Nesse sentido, o racismo estrutural, que possui variadas dimensões de manifestação, perpetua continuamente no cotidiano de indivíduos negros sofrimentos que acarretam no desgaste da saúde mental de pessoas negras.

O racismo exerce uma influência substancial no acesso aos serviços de saúde mental. Esta influência, profundamente enraizada na história do Brasil, perdura, gerando desigualdades significativas, sobretudo no que concerne à disponibilidade de cuidados em saúde mental para a população negra. A discriminação racial tem sido responsável por originar disparidades sociais e econômicas que, por sua vez, impactam diretamente a capacidade da comunidade negra em buscar e obter assistência adequada em saúde mental. Essa constatação reforça a necessidade premente de enfrentar as raízes do racismo estrutural para promover uma distribuição mais equitativa dos serviços de saúde mental, garantindo que todos os segmentos da sociedade tenham acesso igualitário a esses recursos vitais.

O racismo estrutural exerce influência significativa na prática da psicologia, comprometendo a eficácia dos serviços destinados a indivíduos negros, em virtude das perspectivas eurocêntricas e da histórica exclusão do conhecimento negro no campo psicológico. Este cenário acarreta sérias implicações para o bem-estar psicológico da comunidade negra, que enfrenta discriminação, marginalização e repercussões emocionais e físicas adversas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. **Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes.** Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/fbsp-vulnerabilidade-juveni-violencia-desigualdade-racial-2017-relatorio.pdf>. Acesso em: 25 de out. 2023.

BRASIL. **Plano Juventude Viva: Guia de Implementação para Estados e Municípios.** Secretaria Nacional de Juventude. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://issuu.com/participatorio/docs/guia_plano_juvviva_final. Acesso em: 25 de out. de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política nacional de saúde integral da população negra: uma política do SUS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 25 de abr. de 2024.

BRASIL (Império). **Lei no 3.353 de maio de 1888** (Lei Áurea). Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM3353.htm. Acesso em: 25 de abr. de 2024.

CARTER, R. T. Racism and psychological and emotional injury: Recognizing and assessing race-based traumatic stress. **The Counseling Psychology**, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília: CFP, 2017.

DAMASCENO, Marizete Gouveia; ZANELLO, Valeska M. Loyola. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 3, p. 450 – 464, 2018.

DAVID, E. C. **Saúde mental e racismo: atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil**. Tese (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. (2018) Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21029>. Acesso em 15 out. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade - Curso dado no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

GOUVEIA, Marizete; ZANELLO, Valeska. Psicoterapia raça e racismo no contexto brasileiro: experiência e percepções de mulheres negras. **Psicologia em Estudo**, v. 24, 2019.

HERNANDEZ, Aline Reis Calvo; ACCORSSI, Aline; GUARESCHI, Pedrinho. Psicologia das minorias ativas: por uma psicologia política dissidente. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 13, n. 27, p. 383-387, ago. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000200012&lng=pt&nrm=iso . Acesso em 13 out. 2023.

HOOKS, B. Living to love. In WHITE, E. C. (org.). **The Black women's health book**. Seattle: Seal Press. 1994. p. 231-236.

HÜNING, S. M.; SILVA, A. K. DA.; NETTO BRAGA, T. L. Vulnerabilidade da População Negra e Políticas Educacionais no Brasil. **Cadernos CEDES**, v. 41, n. 114, p. 110–119, maio 2021.

IBGE. Somos Todos Iguais? o que dizem as estatísticas. **Retratos: a revista do IBGE**. Rio de Janeiro. n. 11, 2018.

MAIA, Kenia Soares; ZAMORA, Maria Helena Navas. O Brasil e a Lógica Racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 265 – 286, 2018.

OLIVEIRA, Ellen Synthia Fernandes de, BRASIL, Christina César Praça; HIGA, Elza de Fátima Ribeiro. Pesquisa qualitativa em saúde: múltiplas possibilidades e olhares. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2021, v. 26, n. 02, p. 384-385. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232021262.40972020>>. Epub 12 Fev 2021. ISSN 1678-4561. Acesso em 25 Out. 2023.

SILVA, Mozart Linhares; ARAÚJO, Willian Fernandes. Biopolítica, racismo estrutural-algorítmico e subjetividade. **Educação Unisinos**, v. 24, 2020.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a Psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói-RJ, v. 31, p. 244 – 248, 2019.

WASELFSZ, J. J. Mapa da Violência 2016: **homicídios por armas de fogo no Brasil**. Rio de Janeiro: Flacso, 2016. Disponível em: <https://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016_armas_web-1.pdf>. Acesso em: 25 de out. de 2023.

WILLIAMS, D. R., & Priest, N. Racismo e saúde: um corpus crescente de evidência internacional. **Sociologias**, v. 17, 2015.